



III Jornada Internacional
Semântica e Enunciação



2021



PROPOSTA DO SIMPÓSIO TEMÁTICO:

ENUNCIÇÃO, TEXTO E ARGUMENTAÇÃO

Profa. Dra. Carolina de PAULA MACHADO¹
Profa. Dra. Soeli M. SCHREIBER DA SILVA²

RESUMO: Tratar do funcionamento dos sentidos no âmbito da enunciação requer apreender, por meio das análises, o sentido em movimento. E. Benveniste, O. Ducrot, e E. Guimarães redefinem o conceito de enunciação trazendo, cada um a seu modo, o sujeito, a história e o social para explicar a produção dos sentidos. Uma contribuição fundamental para tratar da enunciação é tratá-la como um acontecimento de linguagem. O conceito de político na constituição dos sentidos também é importante, pois permite explorar a divisão dos sentidos e, por conseguinte, dos sujeitos, a contradição, o litígio (Guimarães, 2002, 2007, 2011, 2018). Leva-se em consideração os locutores, alocutários e a historicidade como partes da constituição dos sentidos na enunciação. Dias (2018), por sua vez, trata a enunciação pela tensão entre referenciais históricos e pertinência do enunciado. No que diz respeito à abordagem analítica, o enunciado pode ser analisado através da relação de designação e de articulação entre as palavras que o constituem, e, assim, descreve-se os sentidos produzidos no texto. Guimarães (2011) define o texto como “unidade de sentido” apesar da disparidade dos sujeitos e dos sentidos. Os lugares sociais dos locutores e os modos de enunciar conduzem os argumentos nos textos direcionando conclusões. É assim que analisar enunciados que integram textos torna-se um desafio maior na Semântica da Enunciação, mas permite analisar os textos, possibilitando um modo de interpretá-los que explicita os diversos lugares sociais em disputa para produzir a ilusão de haver uma interpretação apenas, efeito este que, no cenário político atual em que circulam “muitas” certezas, consideramos fundamental que retorne para a discussão. Enfim, este simpósio objetiva realizar uma discussão voltada para fatos linguísticos diversos, seja partindo da palavra e/ou do enunciado e podendo, também, a partir disso, trazer uma análise de texto, realizada do ponto de vista semântico-enunciativo, em diferentes abordagens teórico-metodológicas. Dada a intensa dinâmica enunciativa na atualidade, interessam-nos pesquisas que tratem de fatos linguísticos do cotidiano, de meios impressos ou digitais; outra vertente de pesquisa que nos interessa é a do ensino: como a linguagem nos livros didáticos significa nossas práticas histórico-sociais? Que história nos é contada por estes livros? A análise dos sentidos das palavras, enunciados nos textos dos materiais didáticos podem nos apresentar modos diferentes de interpretar a história.

PALAVRAS-CHAVE: Palavra-chave. Palavra-chave. Palavra-chave. Palavra-chave.

1 UFSCar. E-mail: carolinamac@gmail.com

2 UFSCar. E-mail: xoila@terra.com.br



III Jornada Internacional
Semântica e Enunciação



2021



RESUMOS APROVADOS:

UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DE ARTICULAÇÕES INTERNAS AO NOME

Edineth FRANÇA (Acadêmica do PPGL UNEMAT)
edinethfran@hotmail.com

Neuza ZATTAR (Professora do PPGL UNEMAT)
neuza.zattar@gmail.com

RESUMO: No presente texto apresentamos reflexões produzidas no bojo de uma pesquisa, ainda em andamento, que toma como objeto de análise o caráter enunciativo de relações linguísticas constitutivas de nominalidade. Tecemos uma abordagem com sustentação teórica na Semântica da Enunciação (GUIMARÃES, 1995; 2002), de modo particular, com aporte de aspectos metodológicos e fundamentos teóricos da abordagem enunciativa desenvolvidos por Dias (2013, 2015, 2016, 2019), os quais nos permitem produzir uma leitura de fatos linguísticos que arquitetam argumentos e condições de análise de formas linguísticas que transpõem a ordem morfológica e constituem-se como efeito de relações intranominais que fazem referência ao nome do presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (gestão 2019-2022). Construimos uma leitura de articulações linguísticas que sustentam a elaboração de *formas linguísticas* compostas por Bolso-x e X-naro, tendo como mecanismo de interpretação a mobilização de conceitos que explicam qual a pertinência social que constitui a existência social e o funcionamento político que colocam essas formas em circulação. Para tanto, elegemos como procedimento de análise o rastreamento de as *redes enunciativas* que são tecidas na enunciação enquanto comportamento social como resultantes de determinada *pertinência histórica enunciativa*. Com base em Dias (2016; 2019), tomamos as redes enunciativas para analisar relações de pertinência enunciativa que não se assentam na dimensão palavra/coisa, sendo assim, não se trata de olhar o domínio referencial que, pelo nome Bolso-x e/ou X-naro corporifica determinados interesses de grupos sociais em relação ao sujeito e seus modos de atuação na posição de presidencial, mas de buscar compreender relações de sentido que se dão em articulações internas ao nome e, como efeito, produzem novas forma linguísticas. Tal perspectiva de análise sustenta-se em estudos que tomam a enunciação para além da relação direta do nome com uma entidade linguística, para os quais a enunciação constitui-se como um acontecimento que se dá no jogo da língua com a história, que atualiza pelo discurso referenciais históricos que produzem determinados referentes, haja vista que, como postulado por Zattar, (2012, s/p), “a relação entre o que se diz e o interpretável requer, para significar, um retorno a uma parte do que já foi enunciado, pois esse imbricamento é necessário para produzir novos enunciados (a futuridade) do que se diz”.

PALAVRAS-CHAVE: Enunciação. Nominalização. Pertinência enunciativa. Redes enunciativas.

A ARGUMENTAÇÃO DE SANTO AGOSTINHO SOBRE A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO BÍBLICO

Eduardo SANTOS DE OLIVEIRA (Doutorando em Linguística, IEL/Unicamp)
edu.santosdeoliveira@gmail.com

RESUMO: Colocado na tradição cristã como um dos “pais da igreja”, Agostinho de Hipona (ou Santo Agostinho) é um dos mais influentes teólogos do cristianismo. Autor de *Confissões* e *Cidade de Deus*, Agostinho escreveu comentários sobre diferentes livros bíblicos. Por volta de 427, já com o cristianismo consolidado como religião oficial do império romano, Agostinho apresentou *A doutrina cristã*, obra na qual ele apresenta aspectos exegéticos e/ou hermenêuticos. Logo no prólogo, Agostinho caracteriza a interpretação do texto bíblico como o desvendamento, o esclarecimento de algo que está obscuro, oculto, e apresenta “normas” para essa tarefa. Frente a isso, este trabalho tem como objetivo analisar a argumentação de Agostinho a respeito da interpretação dos textos bíblicos, tendo como base teórico-metodológica a Semântica da Enunciação. Desta perspectiva, entende-se a argumentação não como uma técnica ou modo para persuadir ou convencer alguém, mas como a sustentação de uma posição, no acontecimento da enunciação, de um “eu” a um “tu”. Ora, por se dar no acontecimento de enunciação, o funcionamento da argumentação é político, e isso implica pensar nas relações díspares a partir do agenciamento do falante na cena enunciativa, dentro do espaço de enunciação. Assim, ao ser agenciado como aquele que fala (Locutor) a partir de um lugar social que o autoriza a falar, o falante é constituído em alocutor e sustenta uma posição devido a isso. Para a análise, opta-se pelo procedimento de sondagem, isto é, a busca por acontecimentos enunciativos relevantes para a análise (GUIMARÃES, 2018); procedimento pelo qual o semanticista “elege” enunciados decisivos para a análise, sem a necessidade de constituir um corpus com muitos recortes. Ou seja, a sondagem “permite tomar enunciados existentes, de textos existentes, sem que se tenha que tomar um corpus de tal forma grande que não permite olhar a especificidade do que se quer analisar” (GUIMARÃES, 2018, p.79). Dessa forma, não é o aspecto quantitativo que vai possibilitar uma análise consistente, mas sim “a capacidade do analista de encontrar recortes com enunciados decisivos para a análise que se pretende” (GUIMARÃES, 2018, p. 79). A sondagem permitirá realizar o procedimento analítico, a partir da observação da cena enunciativa e dos procedimentos de reescrituração e articulação, com os quais se analisará o funcionamento argumentativo nos enunciados agostinianos.

PALAVRAS-CHAVE: Argumentação. Enunciação. Agostinho. Interpretação.

TEXTO: UMA QUESTÃO DE SENTIDO(S)

Carolina de PAULA MACHADO (UFSCar)
carolinamac@gmail.com

RESUMO: Compreender e descrever os sentidos que perpassam o texto, que se cruzam, entram em conflito e são organizados de modo a realizar a unidade textual é uma tarefa difícil. Sentidos errantes, que se constituem na alocação entre alocutor e alocutário, no cruzamento entre o memorável, o presente do acontecimento e projetam um futuro de interpretação (Guimarães, 2002, 2018). Buscar o ponto de encontro entre a língua e a espessura semântica do interdiscurso é possível através de conceitos como os de designação, argumentação, cena enunciativa e reescrituração, que são fundamentais para que possamos realizar a análise de texto. Com base nisso, pretendemos problematizar diversas concepções de *texto*, quais sejam, da Linguística Textual, da Semântica Enunciativa e da Análise de Discurso materialista, de modo a refletir sobre a questão do sentido que permeia e sustenta o saber que é produzido sobre o texto, já que muitos linguistas definem o texto como “unidade de sentido ou unidade de significação”. Do ponto de vista da Semântica do Acontecimento, dois conceitos são importantes para a análise de texto: o da designação, definida, segundo Guimarães (2002), como a significação estabelecida pelas relações de linguagem que simbolizam o real e o da argumentação, compreendida como “a sustentação que um eu faz a um tu relativamente a algo sobre que fala. O que estamos dizendo é que no acontecimento de enunciação, nas relações entre o lugar que enuncia e o lugar para o qual se enuncia (...) sustenta algo do que se enuncia pela apresentação de seu lugar de enunciação como o que relaciona um argumento e uma conclusão.” (Guimarães, 2018, p. 97) Deste ponto de vista, a argumentação é sustentada pelo já enunciado, o memorável, e, desse modo, os argumentos direcionam o que é dito para uma conclusão que não é necessariamente uma verdade, mas mais uma posição, um lugar semântico dentre outros. Este modo de compreender o funcionamento argumentativo do texto permite-nos descrever a circulação de interpretações que hoje têm sido muito comuns em nosso cotidiano e muito polêmicas porque sob o efeito de usarem como sustentação palavras como “verdade” ou por dizerem que falam “em nome de Deus”, produzem um efeito de verdade inquestionável. Entretanto, considerando a constituição do sujeito sócio-historicamente pela linguagem, quando falam, falam de uma posição de sujeito dentre outras.

PALAVRAS-CHAVE: Texto. Argumentação. Enunciação. Sentido.

O TEXTO E AS NOVAS DEMANDAS DE ESCRITA:

A ENUNCIACÃO NO DIGITAL

Claudia FREITAS REIS (IFSP-Araraquara)
clauin@gmail.com

RESUMO: As práticas de linguagem contemporâneas estão determinadas por novas relações impostas pelas novas tecnologias de produção de textos. Nas relações estabelecidas entre o *online* e o *offline*, vemos antigas formas de escrita sendo reinventadas e ressignificadas pelo modo como os novos suportes produzem determinadas relações temporais, espaciais e de circulação e funcionamento da linguagem. A velocidade das atualizações e as demandas do *cibertexto*, produzidos pelos sujeitos imersos na *cibersociedade*, trazem novas relações de textualidade. Assim, dizer o que é um texto, significa, necessariamente, produzir enunciados que significam por esses memoráveis que reformulam e atualizam os sentidos, na relação com o histórico e o político, trazendo para a designação de *texto* novas formas de significar. O trabalho proposto pretende, primeiramente, problematizar a designação de *texto*, tomando os pressupostos teórico-descritivos apresentados nos trabalhos de Guimarães (2002), tais como espaço de enunciação e cena enunciativa e, sobretudo, evidenciar a maneira como o autor propõe a relação integrativa entre enunciados e textos e as relações de articulação e continuidade. Dessa forma, desde uma perspectiva semântico-enunciativa, faremos uma análise sobre como o texto se apresenta diante dos novos suportes de escrita produzidos pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação. Desenvolveremos uma discussão que buscar refletir sobre o texto no ciberespaço, retomando alguns trabalhos e análises já publicadas (Reis, 2010, 2012, 2015, 2016, 2019), com um olhar mais apurado para a forma como os motores de busca produzem texto, sendo esse nosso recorte de análise, trazendo algumas questões já apontadas em Reis (2010, 2012). Uma segunda questão que pretendemos expor está relacionada ao aparato teórico e metodológico da Semântica do Acontecimento diante dessas novas materialidades. Como funcionam os lugares e modos de dizer nesse espaço de enunciação que se configura com o advento da Internet? Como pensar enunciativamente nas relações/projeções autor/leitor nessas novas dinâmicas de enunciação? Como as palavras e os enunciados vão se articulando a cada clique e produzindo um novo/mesmo texto? Assim, com o objetivo de apresentar algumas respostas aos questionamentos anteriormente exposto, analisaremos a forma como os sites de busca textualizam e significam a palavra buscada.

PALAVRAS-CHAVE: Texto. Textualidade. Semântica do Acontecimento. Ciberespaço.

**A DESIGNAÇÃO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS/LIBRAS NO TEXTO DA
LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002**

Gabriel Leopoldino dos SANTOS (Instituto Federal de São Paulo - IFSP)
gabriel.leopoldino@ifsp.edu.br

RESUMO: A aprovação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, representou um marco legal importante para militantes e estudiosos da área de educação inclusiva, uma vez que houve um reconhecimento do Estado da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Tendo em vista a importância histórica dessa Lei, objetivamos, neste trabalho, analisar a designação do nome “Língua Brasileira de Sinais”, ou do nome “Libras”, no texto da referida Lei, que dispõe, como já dissemos, sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Trata-se de um trabalho de divulgação parcial de resultados obtidos na pesquisa que desenvolvemos no interior do Programa de Pós-Doutorado da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Para analisar o fato de linguagem proposto, mobilizaremos o dispositivo teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento, disciplina das ciências da linguagem que tem por objetivo descrever e compreender a constituição e circulação dos sentidos a partir da análise de enunciados que integram textos. Considerando esse dispositivo, damos destaque aos conceitos de *designação*, *memorável*, *domínio semântico de determinação (DSD)* e *cena enunciativa*, os quais comporão especificamente nosso empreendimento analítico dos enunciados em que o nome da língua de sinais em questão aparece. A partir de algumas análises que apresentaremos, veremos que os enunciados mostram-nos um acontecimento enunciativo que recorta hegemonicamente como seu memorável tanto enunciações da Ciência Linguística, principalmente de uma Sociolinguística praticada a partir da década de 1970, quanto enunciações médico-patologizantes, que determinam a designação de “Língua Brasileira de Sinais – Libras” como “meio legal de comunicação e expressão”, “código”, “conjunto de formas gestuais”, “língua de deficientes”, entre outras determinações, apagando, assim, sentidos específicos que reconheceriam o caráter complexo do funcionamento dessa língua, tal como é o funcionamento de qualquer outra língua áudio-oral, como o português. Veremos, ainda, que essa designação médico-comunicativista que satura a referência do nome “Língua Brasileira de Sinais – Libras” sustenta-se por uma argumentação que se constrói numa cena enunciativa caracteristicamente dominada por um Locutor que se divide entre um alocutor-legislador e um enunciator-universal. Com nosso estudo, teremos a possibilidade de apontar para a configuração de uma política de línguas no espaço de enunciação brasileiro em a Língua Brasileira de Sinais – Libras, por ser apenas um código e uma língua de deficientes, não tem condições de alçar-se à condição de “língua nacional”, nem mesmo de “língua oficial”.

PALAVRAS-CHAVE: designação. Argumentação. Língua Brasileira de Sinais. Libras.

O LIVRO DIDÁTICO CONVENCE OU SUSTENTA?

Gabriel REIS MORAES MACHIAVELI (UFSCar)
gabriel.machiaveli@gmail.com

RESUMO: Este trabalho pretende elaborar uma discussão teórica sobre argumentação à luz de três teorias: a argumentação na língua (DUCROT, 2009; CAREL; DUCROT, 2005; CAREL, 2012), a Nova Retórica (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002), e a semântica do acontecimento (GUIMARÃES, 2002, 2013, 2018). Para Ducrot (2009), a argumentação linguística corresponde ao plano do enunciado e é composta por encadeamentos argumentativos (X portanto Y); dessa forma, os enunciados responderiam a outras argumentações com encadeamentos e não estariam relacionados com uma verdade, mas com uma relação argumentativa da língua em movimento. Para o linguista francês, os enunciados linguísticos fazem alusão a outras argumentações que provocam as orientações do dizer. Já para a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), a argumentação seria um convencimento (para um auditório universal) e uma persuasão (para um auditório particular) e estaria ligada ao campo do verossímil (cf. MASSMANN, p 2017), com seus esquemas argumentativos (ligação e dissociação) e uma base empírica de tipologias. Na semântica enunciativa de Guimarães (2013; 2018), a argumentação é a sustentação de um agenciamento enunciativo, isto é, é o lugar social de dizer (Idem, 2018), em uma cena enunciativa, que dá sustentação a esse dizer. A argumentação não é uma sustentação de uma conclusão por palavras, mas, conforme Guimarães (2018, p. 106), é “uma relação do lugar social de alocutor sobre o que se diz para um alocutário que se constitui na cena enunciativa”. Dito de outra forma, é “o lugar social de alocutor (al-x) que sustenta algo para um lugar social de alocutário” (Idem, p. 107). Contrastando as três teorias, pretendemos contribuir tanto para os estudos argumentativos do Brasil, quanto ao acontecimento do livro didático de história. Dessa maneira, nosso *corpus* é composto pelo capítulo 13 “O Brasil da ditadura militar”, do livro didático de História 3 – ensino médio (VAINFAS *et al*, 2016), da editora Saraiva, com selo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018, 2019 e 2020. Elencamos, a partir da sondagem (GUIMARÃES, 2018), enunciados que corroboraram para análise da argumentação, seja ela linguística (DUCROT, 1984, 2009), da nova retórica (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002), e enunciativa (GUIMARÃES, 1987; 2013; 2018). Nosso objetivo é responder a seguinte questão: o livro didático convence/persuade ou sustenta? Para responder a isso, utilizaremos como método analítico a Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002, 2018), com base nos procedimentos de análise da argumentação e da argumentatividade na cena enunciativa.

PALAVRAS-CHAVE: Argumentação. Teoria da Argumentação da Língua. Nova Retórica. Semântica do Acontecimento.

MOVIMENTOS ARGUMENTATIVOS NAS SUBSTITUIÇÕES DE DESIGNAÇÕES PARA ESCRAVO NA IMPRENSA DO SÉCULO XIX.

Nirce Aparecida Ferreira SILVÉRIO (UFSCAR)
nirces@gmail.com

RESUMO: Sabemos que o acontecimento escravidão, no Brasil, desde o início, teve impactos sócio-históricos-econômicos e marcou-se por sua aceitação confortável, e ainda, por incisiva resistência, esta sendo a fuga de escravos, a organização de quilombos, de sociedades emancipadoras e abolicionistas, mobilizações em praças públicas e na imprensa. Nesse sentido, buscamos analisar a forma como se designou o escravo, ela se torna fundamental para compreendermos como ocorreram enunciações, quais se sobrepuseram, quais foram silenciadas. Assim, questionamos o porquê de mudanças de designações de escravo, é um importante caminho para refletirmos a respeito das formas com as quais se designa o escravizado ainda hoje, pois temos o escravizador contemporâneo, conforme atestam diversos grupos e instituições que fiscalizam, vigiam, denunciam a escravidão contemporânea. São instituições como a Pastoral da Terra, a Organização Internacional do Trabalho, entre outras. A partir da análise de textos jornalísticos do século XIX, questionamos o sentido de mudanças de designações para escravo e como estas mudanças sugerem relações com diferentes movimentos argumentativos em torno da escravidão, bem como relações entre novas formas de dizê-la ou de silenciá-la. Teoricamente partimos da Semântica do Acontecimento, fruto dos estudos do pesquisador brasileiro Eduardo Guimarães, que teoriza sobre os locutores/alocutários constituídos nos espaços de enunciação, que se manifestam nas cenas enunciativas que nos trazem acontecimentos enunciativos e dos estudos de Eni Orlandi, sobre discurso e movimentos dos sentidos. Buscaremos o espaço enunciativo em que estes sentidos são produzidos e como isto se relaciona com a argumentação. Assim, analisamos, em especial, o jornal *Correio Paulistano* de 8 de abril de 1888, que traz uma discussão sobre escravidão na Assembleia Provincial do estado de São Paulo textos do Jornal *O Abolicionista* do Rio de Janeiro. Nos dois jornais enuncia-se, primeiramente, a designação escravo, depois, elemento servil e finalmente, no jornal *Correio Paulistano*, aparece escravo, elemento servil e ex-escravo. Buscaremos as cenas enunciativas em que as mudanças de designações ocorrem e observaremos, por meio do jogo de sentidos, nestas cenas, as configurações do político, ou seja, a contradição entre a normatividade e a afirmação de pertencimento, conforme Guimarães (2005). Vemos que a imprensa do século XIX é perpassada por movimentos argumentativos contraditórios entre os que naturalizam e institucionalizam a escravidão e os que a questionam e lutam pelo seu fim.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão. Político. Movimentos argumentativos. Enunciação. Designação.

PERSPECTIVAÇÃO PELO SENTIDO DE XENOFOBIA E RACISMO

Soeli Maria SCHREIBER DA SILVA (UFSCar)
xoila@terra.com.br

RESUMO: No grupo de estudos da Unidade de Pesquisa em Estudos Históricos, Políticos e Sociais da Linguagem da UFSCar, estamos estudando enunciações no livro didático. Trabalhamos em diferentes perspectivas para o estudo da argumentação. Esta comunicação tem por objetivo analisar enunciados que tratam de manifestações de xenofobia e racismo. O corpus é do Livro Didático História Global, publicado em 2016 pela Editora Saraiva. Trata-se do fenômeno de não aceitação do outro. É um problema mundial. Cabe a nós linguistas trazer uma contribuição para o estudo da argumentação e da textualidade neste tema contemporâneo. Vamos estudar o que acontece em enunciados e a pertinência enunciativa ao produzi-lo. Temos que analisar a produção dos discursos, mostrando que a produção dos sentidos é uma prática social. Aprendemos com Ducrot (1972,1984) que ao dizer argumentamos, orientamos sentidos. Guimarães nos mostra como relacionar a argumentação ao acontecimento enunciativo, como as figuras da enunciação mobilizam argumentos, trata-se da argumentatividade (2017,2018). Em Dias (2013,2018) podemos ver os conceitos de rede enunciativa, pertinência, perspectivação; saliente-se que sempre estamos atualizando as enunciações pelos referenciais históricos que determinam nosso dizer; também consideremos que os nomes se formam socialmente; a questão para nós é tratar de formação nominal e perspectivação. Podemos analisar expressões como: países europeus, violência brutal, preconceito racista, condutas xenofóbicas; extrema direita; grupos primitivos, crise econômica; africanos refugiados, crescente desemprego; estas expressões podem ser encontradas em enunciados do nosso corpus. Desta sondagem, partiremos para a integração das formações nominais no texto, para a análise do domínio de mobilidade da enunciação, nos suportes já enunciados para discutir a pertinência enunciativa e a perspectivação. O nome *conduta* qualifica a pertinência enunciativa no acontecimento xenofóbico; há uma dinâmica que mobiliza e perspectiva uma postura individual xenofóbica; essa dinâmica tem a ver com uma convergência da xenofobia para o indivíduo, numa expansão que se especifica pelo número mundial de segregação como em textos que vamos analisar. Não estamos expressando algo da realidade do mundo; o sentido de conduta xenofóbica está nessa perspectivação de *conduta* que reduz e torna simplista a xenofobia, na medida em que tem como princípio histórico-social um acontecimento que perspectiva o individual, o comportamento do indivíduo dependente do sistema em que vive. Nessa contradição em que a conduta do indivíduo é xenofóbica, se desconhece outros domínios de mobilização que possibilitam uma posição do sujeito. Compreender essa dinâmica é caracterizar como a forma linguística qualifica a enunciação e a direciona na enunciação. A sustentação, nessa perspectiva dá-se no modo como os recortes de memória na enunciação.

PALAVRAS-CHAVE: Enunciação. Perspectivação. Livro Didático. Xenofobia.

